



INTEP-MT

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**
Livre, democrático e de luta!

Jornal Sintep-MT - Edição - Junho/Julho de 2016

Educação em Alerta



Por uma Escola
100%
Pública e gratuita.

ARROCHO SALARIAL: A manobra de Taques com maioria subserviente da Assembleia Legislativa.



Estudantes unificam
luta pela Escola
Pública

pág 02



DE LUTAS E
CONQUISTAS

FILIADO A **CUT** E A **CNTE**
LIVRE, DEMOCRÁTICO E DE LUTA!

29 de Junho dia
de comemorar

pág 03

Momento de reafirmar e defender nossas bandeiras



Companheiros e companheiras, o Sintep-MT comemora, neste mês de junho, 51 anos de lutas e conquistas. Conquistas estas que no atual momento político do estado e no país encontram-se ameaçadas para todos/as os/as trabalhadores/as. Os enfrentamentos da atual greve dos trabalhadores da educação, bem como a greve geral deflagrada em Mato Grosso, no dia 31 de maio, revelam os constantes ataques que os trabalhadores estão enfrentando diante de governos despóticos cujos únicos interesses estão voltados para os grandes empresários.

A tentativa de calote no direito constitucional, com o não pagamento da Revisão Geral Anual (RGA), revela a necessidade de enfrentamento que o funcionalismo, em especial os profissionais da educação, tem pela frente. A coragem e a determinação pela causa demonstram o ânimo da categoria, que sai as ruas, aos milhares, dizendo ao Governo que não somos “bobó tcheira, tcheira”, que não seremos manipulados conforme os interesses oficiais. A categoria se mobilizou, junto dos demais servidores e estudantes, que pela primeira vez ocuparam as escolas de

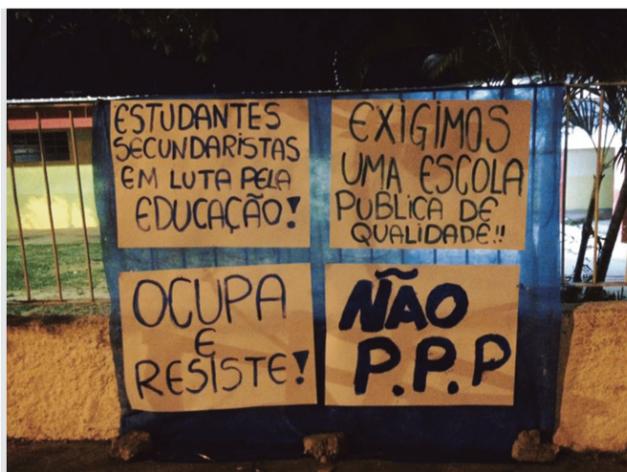
Mato Grosso, uniram-se nos 141 municípios de Mato Grosso, demonstrando indignação com a atual política do governador Pedro Taques.

Nós devemos nos manter unidos para o enfrentamento exigindo que o governo cumpra a pauta de reivindicações: suspender a terceirização da gestão das escolas e dos profissionais, previstas no edital do MTPAR. Assim como a realização de Conferências participativas da comunidade escolar e com toda a sociedade para debater o processo privatista do MTPAR. E ainda, divulgar o calendário para Concurso Público, já que ele é fundamental para o preenchimento das vagas livres dos profissionais das escolas, dentro da perspectiva de serviços públicos.

Precisamos nos manter atentos/as, pois a onda privatista está se fortalecendo e os governos Federal e estaduais sinalizam perdas para a classe trabalhadora, em vários estados, e também no Governo Federal, do presidente interino Michel Temer. Recentemente, Temer apresentou uma medida, que se aprovadas, abrirá portas para incluir o Brasil em acordos de trades de serviços, possibilitando que empresas privadas administrem setores públicos, incluindo a Educação.

Somos um sindicato de luta e diante dos desafios que ora se apresentam precisamos nos fortalecer. O Sintep-MT realiza o XVI Congresso Estadual e convoca a todos/as para participarem dos debates locais e regionais reafirmando as bandeiras de luta. E preciso garantir a educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade.

Estudantes se mobilizam na defesa da escola pública



Vinte e seis escolas ocupada no estado
Fotos: Facebook/Primavera Secundarista

A “Primavera Secundarista” uma ação nacional desenvolvida pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que tem em Mato Grosso sua representatividade, luta também em defesa da Educação Pública Gratuita e de Qualidade. Desde o dia 31 de maio, quando deflagrada a greve na educação ocupou cerca de 26 escolas no Estado cobrando o fim do Estado Mínimo, que o governo tenta implementar com o processo privatista.

A mobilização dos estudantes foi unificada com a luta dos profissionais da rede estadual de Mato Grosso, e vem em onda por uma mobilização nacional frente aos governos neoliberais, que tentam fazer da educação uma mercadoria. O processo com o Governo de MT foi freado, num acordo entre estudantes, Sindicato e Governo de Mato Grosso que suspendeu a terceirização da gestão das escolas e contratações de profissionais. No entanto, parece estar se consolidando em nível nacional.

O que para o Governo do Estado é considerado inovador tem registrado uma onda de protesto internacional. A privatização da educação, implantada no Chile, por exemplo, a mais de uma década, registrou na penúltima semana de junho, protestos de mais de 100 mil estudantes, que querem que o governo chileno restitua o processo de educação 100% pública no país. A expectativa dos estudantes é que no Brasil, o modelo internacional sirva de lição, e da não de transformação como acredita o governo estadual.





DE LUTAS E CONQUISTAS

Ao completar 51 anos de existência, em 29 de junho de 2016, o Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso reúne muitas histórias de lutas e conquistas. Desafios que permanecem no dia-a-dia da categoria, que atravessa este ano um novo período de Greve para garanti direitos frente a mais um governo que tenta dar um golpe nas conquistas consolidadas durante toda a história de luta sindical.

Nascido a partir da determinação de um grupo de professoras/es primárias/os em 1965, que criaram a Associação Mato-grossense dos Professores Primários (AMPP), passou por outras duas formações ao longo da história, foi Associação Mato-grossense dos Professores (AMP) e Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação (AMPE). Nessa época, 1988, integra



todos os cargos ocupados na escola. A carreira única, professores e funcionários administrativos, da alimentação, vigilância, motorista e limpeza.

Com a democracia reconstituída no país, na Constituição Cidadã, de 1988, permitiu-se que as categorias profissionais se organizassem em Sindicatos. Foi então que, em 1989, a antiga AMPP consolidou-se como Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT). A entidade que nasce com o propósito de ampliar direitos para os profissionais da Educação do estado e do país, sai em defesa de um projeto político que luta

pelos direitos da classe trabalhadora e se filia a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Definida a bandeira de luta, trava a partir de então vários embates para construir o sonho de inserir a carreira num patamar que garanta o respeito que os profissionais e a Educação exigem. “Vencemos inúmera batalhas, conquistamos com a garra dos profissionais que compõem nossa base, as Leis de Carreira (050/98), a Lei de Gestão Democrática da Escola (7040/98), a Lei 049/1998 que institui o Sistema Estadual de Ensino em Mato Grosso, e mais recentemente, a Lei 510/

2013, que garante a dobra do poder de compra dos salários”, afirma o presidente do Sintep-MT, Henrique Lopes do Nascimento.

Hoje, apesar de avanços para buscar a qualidade da educação socialmente referenciada no estado e no país, a categoria ainda enfrenta Governos despóticos, que tentam tirar direitos, descumprir leis consolidadas ou implantar projetos retrógrados para a democracia. “Há 51 anos o Sintep-MT é de luta e ela continuará. Parabéns a toda a categoria que ajuda a construir nossa história: Livre, democrática e de luta!”, diz o presidente..

Casa do/a Trabalhador/a está disponível para os/as filiados/as



Nesses 51 anos de lutas do Sintep-MT muitas conquistas foram registradas, entre elas o sonho de ver a infraestrutura sindical ser ampliada para garantir melhor atendimento aos filiados. Em 2016 passou a funcionar a Casa do/a Trabalhador/a da Educação. Um prédio de quatro andares, anexo a sede central, que oferece 150 leitos para hospedagem dos/as sindicalizados/as e dependentes em atividades sindicais, ou mesmo que estiverem na capital para resolver problemas particulares ou a passeio.

Para a utilização do espaço, o Sintep-MT divulga no site, assim como nas subsedes em todo o estado, o regimento de funcionamento. Neles estão disponíveis o público alvo, as obrigações durante a hospedagem, prazos de solicitação e estadia, enfim, as regras gerais. Para mais informações acesse www.sintep2.org.br, no link Resoluções.

O Sintep-MT tem orgulho de disponibilizar para a categoria essa nova estrutura física de acolhimento aos seus filiados/as para as atividades sindicais ou em trânsito pela capital do Estado, construída mais uma vez com recursos exclusivos de trabalhadores/as da educação.

EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA

O Sintep-MT exige que o projeto político pessoal do Governador Taques de implantar as Parcerias Público Privadas na gestão administrativa das escolas e na contratação de funcionários seja suspenso. Essa foi a condição imposta em Assembleia Geral da categoria para iniciar negociações para a suspensão da greve. Somada a ela, está a realização das Conferências participativas para debate das PPP's.

Nesse sentido é fundamental que o governo também apresente o calendário para Concurso Público. Pois só por meio dele será possível amenizar o percentual de contratações, hoje em 60% do quadro de pessoal. Uma preocupação para quem busca a qualidade da educação.

O Sintep-MT deixa claro que não há contradição a atuação das PPP's nos serviços de infraestrutura das unidades escolares: construção, ampliação, reformas e manutenção. Até porque, conforme o presidente Henrique Lopes, as obras das escolas, na maioria, sempre foram feitas por empresas. No



entanto, o sindicato se posiciona contrário a forma como o Governo conduz a licitação de obras, sem a participação dos Conselho Deliberativos da Comunidade Escolar (CDCE's), entidades fiscalizadoras nas escolas.

Para a maior participação social, o Sintep-MT cobra que as discussões sobre o MTPAR devem ter a participação da sociedade. Henrique defende

que não bastam apenas realizações de audiências públicas para debater essa política, como propôs o governador, mas são necessárias Conferências com ampla participação da comunidade escolar. "Temos que debater com a comunidade escolar e toda a sociedade esse projeto político, que foi apontado pelo Governo como 'inovador'", disse.

Nascimento destaca que em países como Chile e Estados Unidos, ou até mesmo nos estados brasileiros em que foi implantada, há mais de uma década, as PPP's não resultaram em benefícios para a população ou para a qualidade do ensino público. Para o Sintep-MT, a prática adotada pelos governos neoliberais (SP, Goiás, Minas Gerais e agora MT) é uma 'porta' para as privatizações dos serviços públicos. "O projeto implementa a política do Estado Mínimo em um país que segundo dados internacionais nem mesmo chegou ao mínimo de Estado para funcionar", conclui.

Conceitos de Privatização:
Venda – o bem transferido integralmente para o comprador
Vouchers – Apenas se dá dinheiro para os pais escolherem qual a escola (pública ou privada) em que querem matricular seus filhos

Terceirização – apenas a gestão da escola é privatizada, sem que o bem público seja transferido para a iniciativa privada

Sintep-MT exige concurso público: mais um dever constitucional que o Governo não cumpre



O Sintep-MT tem na pauta da categoria a reivindicação de um calendário de Concurso Público. A exigência tem como base o fato do Governo há sete anos não realizar o certame e manter um quadro da Educação com cerca de 60% dos profissionais trabalhando por meio de contratos precários, em todos os cargos da carreira.

Com base na Constituição Federal, de 88, capítulo VII, artigo 37, inciso III, o ingresso no serviço público se dá por meio de Concurso Público. O Estatuto do Servidor Público do Estado de Mato Grosso (LC 04/90), na seção 3, do artigo 14, define que a realização do mesmo deve ocorrer a cada dois anos. No entanto, o Governo não cumpre a Lei.

O próprio Portal da Transparência do Governo de MT demonstra que dos quase 28 mil trabalhadores da Educação (dados 2014), cerca de 50% dos cargos são ocupados por profissionais contratados. Com o aumento do número de aposentadorias e o não preenchimento de vagas livres, por meio de concurso público, a tendência é aumentar

ainda mais o número de interinos, eliminando as conquistas salariais da carreira e precarização nas relações de trabalho.

Para o Sintep-MT, o governo mistifica a privatização que significa o fim de quaisquer possibilidades de melhoria da qualidade da educação pública. "O Governo tem 'economizado' às custas de trabalhadores/as contratados/as em condição precarizada. Tenta baratear os 'custos' com a educação pública, sem se preocupar com a qualidade. O Governo não se assume como privatista. Exigimos Concurso Público, afirma a vice presidente do Sintep-MT, Jocilene Barboza.

RGA JÁ promove paralisação unificada no funcionalismo público estadual



A mobilização unificada que parou os profissionais da Educação estadual, estudantes e funcionalismo público já chega a 30 dias em Mato Grosso. Desde o dia 31 de maio, uma série de mobilizações foram registradas nas ruas, avenidas, órgãos do governo estadual em todo o Estado e mais recentemente na Casa do Povo, a Assembleia Legislativa. Para além da garantia do pagamento da Revisão Geral Anual (RGA), os servidores públicos cobram do Governo respeito e cumprimento da legislação, que no caso da RGA está prevista na Constituição Federal no inciso X, Art. 37.

Inúmeras manobras, inclusive com o apoio de vários deputados estaduais ligados a base governista, têm sido apresentadas para fazer com que os servidores públicos desistam da reivindicação (pagamento dos 11,28% integral e dentro do ano em curso). O Governo e a maioria dos deputados se justificam pela falta de recursos estaduais e afirmam que o 'calote oficial' é uma medida que visa o equilíbrio econômico. "Como é cultural no país, diante da política capitalista, a conta tem que ser paga e os trabalhadores é que devem rateá-la", argumenta o representante do Sintep/MT no Fórum, Orlando Francisco.

Segundo avaliação do movimento grevista unificado pelo Fórum Sindical, entidade que integra cerca de 32 sindicatos e associações em nível estadual, o governo tenta justificar que não tem como pagar a RGA, porque estaria desrespeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF - Lei 101/2000). Usa o argumento de que mesmo o Estado tendo ampliado a arrecadação, a receita não veio na mesma proporção do

aumento de gastos com o pessoal, que segundo o governo, extrapolou o limite prudencial (49%) da LRF.

Porém, permanecem os questionamentos das categorias: porquê que a arrecadação do Estado não acompanha o investimento em folha de pagamento? O governo não explica que o problema está no que deixa de arrecadar. "Um rápido olhar sobre a realidade econômica de Mato Grosso, pode-se verificar que a toda a riqueza produzida no Estado está dirigida para beneficiar um único setor da sociedade: o setor produtivo do agronegócio", esclarece Orlando.

Segundo os levantamentos divulgados pelo Fórum, o agronegócio recebe benefícios da Lei Kandir e das benesses da Política Fiscal do Estado, que o isenta de pagar impostos e contribuir com as receitas - por isenção ou renúncia fiscal. O resultado é que apenas em 2016, o lucro do setor retirará algo na ordem de R\$ 2 bi (dois bilhões de reais) dos cofres do Estado, valor equivalente a todo orçamento anual da educação.

Cadê a crise propalada pelo Governo de Mato Grosso?

O balanço apresentado por pesquisas feitas nas planilhas disponibilizadas pelo Governo, revelam que nos últimos dez anos (2005 a 2015) o ICMS de Mato Grosso registrou crescimento de 157%. Se corrigido com os diferentes índices (IGPI, INPC e IGP) que mensuram a inflação no país, o crescimento da arrecadação do estado superou em quase 100% a inflação no mesmo período, algo em torno de 46%.

Se forem analisado o crescimento na arrecadação do último ano, a população estadual se surpreenderá com o superávit (saldo positivo) de vários segmentos arrecadadores como o IPVA, por exemplo, que registrou aumento de 20,6% acima do previsto nas contas do Governo para o ano de 2016; o ITBI, e as transferências correntes de recursos chamados ordinários, ficaram acima em 40,6% e 5,5%, respectivamente. Com base nos números apresentados na arrecadação, o Sintep-MT questiona: Onde está a crise propalada pelo Governo??

A crise utilizada como argumento para justificar o calote no funcionalismo estadual e no compromisso com garantias de direitos dos trabalhadores/as da educação, só existe graças a falta de gestão política e financeira do Governo, que apesar de manter o estado na 8ª posição (dados de 2013) no PIB nacional, não garante que os recursos consolidados cheguem a população ou mesmo as melhorias e avanços nas áreas sociais (Educação, Saúde e Segurança).

A comprovação da falta de gestão foi garantida nas pesquisas realizadas pelo secretário de articulação sindical do Sintep-MT, Júlio Viana, que analisando as planilhas estaduais constatou que os juros e multas recolhidos no Estado aumentaram em 14,1% acima da expectativa; as dívidas ativas superaram em 68,3% os valores esperados. "Apenas as receitas de capital, ou seja, a aplicação das receitas feitas pelo Governo é que ficaram 80,9% abaixo do esperado. Isso só demonstra escolhas equivocadas de capitalização, ou porque o governo não aplicou os recursos ou porque se o fez foi em investimentos nada rentáveis", explicou Viana.

Diante de todo o crescimento apresentado na arrecadação Viana faz os seguintes questionamentos: o que justifica o Governo não ter garantido o cumprimento da Lei da Dobra de Poder de Compra - LC 510/2013, se teve uma arrecadação acima da inflação? E mais, como atingiu o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal com a folha de pagamento se entre 2015 e 2016 não houve aumento no quadro de pessoal?

A resposta está no fato de que apesar de toda a sociedade ter contribuído com aumento no consumo de bebidas alcoólicas, arroz, dos produtos oriundos do algodão, de combustível, e elevado a arrecadação para R\$ 9,194 bilhões (2015), recolhidos no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) só chegaram aos cofres públicos 80,66%, do valor. Cerca de 20% desse do recurso evaporou. Mais de R\$ 1 bilhão, o que daria para pagar quase 2x o valor da Revisão Geral Anual, negado pelo Governo, está em isenções e renúncias fiscais para os setores mais lucrativos da indústria e o agronegócio.



Professor Júlio César Viana

Agenda que não PARA!!!

Os Trabalhadores/as da Educação unificados na luta pela RGA, pelas pautas específicas da Educação estadual, se mobilizam em diferentes municípios de Mato Grosso para lutar pela garantia de direitos conquistados.



Cuiabá - MT



Campos de Júlio - MT



Confresa - MT



Cáceres - MT



Várzea Grande - MT



Vera - MT



Pontes e Lacerda - MT



Barão de Melgaço



São José do Rio Claro - MT



Bom Jesus do Araguaia - MT



Araguainha - MT



Primavera do Leste - MT



Peixoto de Azevedo - MT



Poconé - MT



Várzea Grande - MT



Rosário Oeste - MT



Rondonópolis - MT

Deliberações dependem de participação



Municípios realizam etapas locais

nos planos implementados para a educação. “Todas as lutas construídas e fortalecidas pelo processo democrático, ainda novo no país, correm sérios riscos de se perderem”, destacou a presidente da comissão organizadora, Guelda Andrade.

“Conquistamos com a constituição de 88 a ampliação de acesso à Educação, com a inclusão de negros e índios além da frequência das pessoas com deficiência nas escolas. Não faz nem dez anos que a educação obrigatória foi estendida para crianças de 4 anos, até jovens de 17 anos. O que significa que o processo democrático na educação ainda está em construção, porém já sofre sérias ameaças”, destacou o presidente do Sintep-MT, Henrique Lopes do Nascimento.

O debate base do Congresso busca reforçar a premissa de Paulo Freire de que ‘Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda’. “O processo democrático do direito constitucional do acesso à educação, à formação, e condições que asseguram as pessoas a viverem com dignidade. Não existem nações no mundo que tenham se sobressaído sem investir na educação”, lembra Guelda.

A etapa municipal para o XVI Congresso Estadual do Sintep-MT (13 a 16 de outubro) se encerra no mês de julho (09.07). Desde o dia 01.06 ela acontece nos 141 municípios do estado. O calendário de encontros respeita a autonomia das subseções, que debatem o texto base, cujo o tema central - “A Função Social da Educação no Contexto das Relações Democráticas”. Após as discussões locais as contribuições são encaminhadas para nova etapas de discussões nas regionais (16.07 a 03.09).

As discussões propõem uma reflexão sobre as políticas educacional a nível de país, em especial, no estado de Mato Grosso. Diante das inúmeras tentativas de retrocesso nas políticas educacionais, apresentadas por projetos que apresentam perda de direitos dos trabalhadores e também

Para fomentar a discussão serão trabalhados temas como o acesso, permanência e qualidade da educação; condição para o trabalho; os desafios da educação especial e as dificuldades de garantir o acesso aos espaços educativos; a educação de Jovens e Adultos que tem sofrido sérios ataques em Mato Grosso; a profissionalização dos funcionários das escolas, entre outros. Os temas serão apresentados por palestrantes convidados, especialistas nas respectivas áreas.

OBS. Para aqueles que perderam a etapa municipal no seu município poderão participar das discussões nos encontros realizados nos municípios vizinhos. O importante é participar.

VENHA CONSTRUIR UM SINDICATO FORTE!

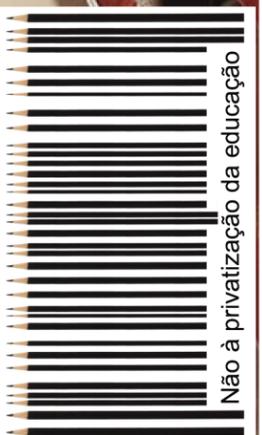
FILIAÇÃO A CUT E A CNTE
LIVRE, DEMOCRÁTICO E DE LUTA!

File-se
www.sintep2.org.br

POR UMA ESCOLA 100% PÚBLICA
E GRATUITA



JUNHO/2016



Não à privatização da educação

EDUCAÇÃO
NÃO É MERCADORIA

